

DOSSIÊ: PERCURSOS DIGITAIS: CORPOS, DESEJOS, VISIBILIDADES

Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo*

Carolina Branco de Castro Ferreira**

Resumo

Neste artigo busco compreender os usos da internet como espaço de ação e de reflexão de grupos feministas no cenário brasileiro, tendo como foco a relação entre novas gerações e estéticas feministas e o espaço social da internet. Vários grupos feministas têm privilegiado o uso da internet e de redes sociais como plataformas relevantes para organização, atuação e expressão política. Para tanto, tomo como objeto de análise um blog bastante atuante nesse contexto, o *Blogueiras Feministas* (BF), também o utilizo como recurso etnográfico para entender a gama de atores coletivos, bem como os lugares e estratégias sociais, culturais e políticas em jogo nesta cena feminista.

Palavras-chave: Feminismo, Internet, Redes Sociais.

* Recebido para publicação em 23 de fevereiro de 2015, aceito em 20 de maio de 2015. Desenvolvi este texto a partir de alguns pontos que mencionei em minha fala na abertura do Seminário Repensando Gênero e Feminismos, em comemoração aos 20 anos do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, em setembro de 2014, na Unicamp. Ele também trata de questões que surgiram ao longo de minha pesquisa de pós-doc em Barcelona, financiada pela Capes (Ferreira, 2013), e da atual, financiada pela Fapesp (Ferreira, 2014). Agradeço imensamente a Adriana Piscitelli, Lara Beleli e Richard Miskolci pelo diálogo, incentivo e confiança depositados para tratar do tema. Ainda, sou muito grata a Regina Facchini por nossas conversas, suas dicas e “toques” em relação ao assunto, e a Toret que tem me acompanhado com carinho, atenção e paciência nesse interesse de pesquisa. Meu muito obrigada pelas conversas com Bibia Gregori, Isadora Lins França, José Miguel, Paula Togni, Natália Corazza, Laura Lowenkron e Bruno Barbosa.

** Pesquisadora Pós-Doc vinculada ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-Unicamp, Campinas, SP, Brasil. carolinabcf.uni@gmail.com

Eu não tenho uma garagem,
mas tenho um quarto próprio
conectado (Laura Bey).¹

1. Introdução

Em 1929, Virgínia Woolf sugeriu que um quarto próprio e um orçamento anual eram condições necessárias para que uma mulher pudesse dedicar-se de maneira autônoma e profissional à escrita, subvertendo um espaço que habitualmente as neutralizava – o lar. Zafra (2010) (re)apropria-se dessa reflexão para contextualizá-la na atual cultura-rede, transformando-a em um *quarto próprio conectado* à internet e conseqüentemente em espaço público-privado online. Para a autora, o quarto próprio conectado é um espaço que se configura como um particular “centro de operações” de nossa vida online. Ainda segundo ela, tal espaço cria um cenário cheio de potencial e versatilidade relacionados ao surgimento de novas oportunidades referentes aos sistemas disciplinares de produção e de difusão criativa. De forma que, a relação sujeito-máquina-online no espaço de concentração privado posiciona-se como um território contemporâneo de experimentação on-line por excelência (Zafra, 2011).

Um quarto próprio forma parte de uma casa, e como tal a casa foi tradicionalmente feminizada e identificada com mulheres por atividades que social, cultural e economicamente as ligavam ao cuidado da família, das crianças, dos filhos, dos doentes (Zafra, 2010). Durante muito tempo a domesticidade, o trabalho doméstico e o âmbito privado foram produzidos para silenciar sobre eles, sendo seus rastros sistematicamente apagados (Macclintok, 2010). Embora o quarto próprio conectado esteja inserido no contexto casa, ele pode ser tomado como uma alteridade/subversão dentro do lar, pensado aqui como uma dimensão marcada por uma herança patriarcal (Zafra, 2010).

¹ Mi vida en la primera IP, obra artística de 2010 *apud* Zafra (s/a).

Tendo em vista a aproximação ao *quarto próprio conectado* através de sua produtividade quero tomá-lo como espaço de experimentação; pensar condições, efeitos, conflitos, possibilidades e também as dificuldades para o trabalho criativo dos feminismos nesse cenário público-privado online. Meu interesse neste texto dirige-se ao esforço em colocar especificamente os usos da internet e do ambiente web como lócus de ação e reflexão de grupos feministas. Sendo assim, primeiramente faço um repasso de tendências e menciono alguns pontos do debate relacionado aos feminismos, à tecnologia e à internet. Na sequência, tomo como objeto de análise um *blog* bastante atuante no cenário brasileiro, o *Blogueiras Feministas* (BF). Também o utilizo como recurso etnográfico para entender a gama de atoras/es coletivos, bem como os lugares e as estratégias sociais, culturais e políticas em jogo nesta cena feminista.

2. Feminismos, tecnologia e internet

A partir dos anos 90, surge a ideia de ciberfeminismo, que pode ser definido como um conjunto de estratégias estético-políticas-comunicacionais orientadas à cultura eletrônica, sobretudo a internet e a tecnologia digital (Boix e Miguel, 2013; Bañón, 2013; Bosch, s/a; Haché, Cruells e Bosch, 2013). Essa noção foi bastante influenciada pela obra de Donna Haraway, do ciberpunk, e pelos contextos artísticos e ativistas em torno da internet.² Sob esse guarda-chuva se aglutinaram diversos grupos e denominações: ciberfeminismo, tecnofeminismo, posfeminismo, transfeminismo, ciberpunk, pospornografia e ativismo *riot grrrl*.

A relação entre feminismo e tecnologia não aparece exatamente nesse momento. Nos anos 70, Firestone (1976) considerava a aliança entre mulheres e o desenvolvimento das tecnologias reprodutivas vetor para acabar com a discriminação

² Sobre o debate dessas influências e estilos no campo feminista ver: Zafra (2013, 2014); Preciado, 2007. No Brasil, o dossiê organizado por Facchini e França (2011); Melo, 2013.

entre homens e mulheres, já que essas tecnologias liberariam as mulheres da atividade reprodutiva, que a autora considerava a base da desigualdade.³ Nos anos 80, outras ativistas convocavam a maior participação de mulheres em espaços tecnológicos para combater a imagem masculinizada e estereotipada desse âmbito. Essas tendências consideravam a tecnologia como neutra. Por outro lado, as feministas radical-culturais, ecofeministas (tanto a de tendência essencialista, quanto a construtivista) e socialistas instauraram uma tecnofobia no âmbito do feminismo (Bosch, s/a).

No cenário euro-americano, a partir dos anos 90, principalmente com a popularização da internet, há uma renovação prática e teórica no debate sobre feminismos e tecnologias (alguns chamam esse momento de “terceira onda feminista”) que se carregou de otimismo (às vezes exagerado)⁴ favorável à participação das mulheres nas tecnologias (em especial internet), informadas pelas possibilidades que essas ofereciam para as transformações de gênero, mas, na maioria das vezes, mantendo uma visão crítica da relação gênero e tecnologia. Por exemplo, VNS Matrix foi um coletivo artístico fundado na Austrália que atuou de 1991 a 1997, o qual produzia instalações, eventos, manifestos, o mais famoso deles é *Cyberfeminist Manifest for the 21st Century*⁵, distribuídos pela internet. Elas são creditadas como

³ Bosch (s/a); Piscitelli, 2008 (em comentário na sala de aula).

⁴ Um exemplo é a britânica Sadie Plant (1964-), que associava o ciberfeminismo a íntima e subversiva relação entre mulheres e tecnologias. Em seu ensaio *Zeros + Ones* (1998 – 1ª edição 1997) estabeleceu relações entre o código binário computacional (zeros e uns) à subversão da lógica binária da identidade sexual e do código genético, em um possível mundo postgênero. Alguns anos mais tarde, a autora reavaliou seu otimismo exagerado, reconhecendo que em grande medida o discurso liberador da tecnologia era uma promessa apenas para “privilegiadas”. Para uma reflexão sobre a potência política da obra de Plant, a despeito de seu otimismo apressado, ver Zafra (2014).

⁵ “Nós somos vadias modernas, a anti-razão positiva ilimitada, frenética e implacável. Nós vemos e fazemos arte com nossa buceta. Acreditamos em gozo, loucura, santidade e poesia. Nós somos o vírus da nova desordem mundial, rompendo o simbólico desde dentro, sabotando a estrutura patriarcal. O clitóris é uma linha direta com a matrix. VNS matrix – exterminadoras dos códigos morais,

as primeiras artistas a usarem o termo ciberfeminismo em sua prática. O ponto de partida do grupo foi produzir relações sexualizadas e socialmente provocantes entre mulheres e tecnologia a partir de cenários de ficção científica. As obras questionaram discursos de dominação e controle no espaço cibernético em expansão, como as personagens *DNA Sluts*, do jogo de computador *All New Gen*, que lutavam pela “libertação de dados” com o *G-Slime*, uma espécie de disparo de raio laser a partir do clitóris, e que tinham como objetivo semear uma “nova desordem mundial” questionadora de uma lógica falocêntrica.



Figura 1: *DNA SLUTS* - imagem digital a partir de jogo de computador hipotético. *Postcard by VNS Matrix (1996)* [<http://www.maryjaneoverall.com>].

Ainda nessa cena estético-artístico-político, as primeiras atuações feministas na internet valeram-se muito de ações de repetição como estratégias recursivas que pretendiam esgotar identidades simbólicas. Nesse contexto, a domesticidade foi representada com giros e modificações a partir de recursos que promoviam celebração, descontextualização de corpos e excessos.

mercenárias do lodo abaixo do altar da abjeção que sondam o templo visceral, infiltrando, interrompendo, disseminando e corrompendo o discurso. Nós somos o futuro-vadia” (tradução livre).

Tais atuações também se valeram da tecnologia como objeto para questionar o poder visual que as caracterizou, na esteira daquilo que Haraway (1995), frente à dimensão logocêntrica da visão não corpórea, propôs como a redefinição da ação de ver como algo corpóreo. As novas formas de colonização da imagem e de sua ligação com o poder tecnológico e das indústrias visuais embasaram as metáforas visuais propostas pela autora que pautaram as reflexões críticas de conceber o sujeito que conhece, bem como a produção de conhecimento, entendido no âmbito da crítica feminista, sempre como um conhecimento situado.

Nesse momento, a relação entre feminismos, tecnologia e internet incorporou um discurso estético e político produzido pelo tráfico de signos, artefatos culturais e a resignificação crítica de códigos normativos ligados à feminilidade. Algumas referências dessa iconografia e desses discursos estão na ciência ficção, nos cyborgs, na pornografia e no sexo com máquinas. Ao considerar o conjunto de imagens que circulavam pela web neste momento, parece haver uma preponderância de temas oriundos das *sex-wars*, com destaque para o feminismo pró-sexo.⁶ A categoria *people of color* aparece, sobretudo, nos discursos e práticas políticas para maior presença e representação de determinados sujeitos no âmbito das artes, como é o caso do Guerrilha Girls, que problematizavam a ausência de artistas mulheres e negros/as no circuito de galerias e exposições em Nova Iorque.⁷ O uso da máscara de gorila foi o ícone escolhido para produzir o anonimato

⁶ Sobre o debate referente as “guerras feministas do sexo”, ver Preciado, 2007; Gregori, 2010.

⁷ No âmbito das condições sociais de aparecimento destes discursos que articulam artes, raça e regimes de visibilidade, no contexto norte-americano, relevante citar bell hooks em seu livro de 1995, *Art on my mind*, no qual a autora trata do tema sobre como raça e classe se articulam nas políticas visuais no mundo da arte. Ainda, Octávia E. Butler, escritora que combinou elementos de sua trajetória pessoal perpassada pelas desigualdades de classe social e raça em narrativas de ficção científica. Agradeço muito a Thaddeus Blanchette pelos comentários a respeito do ponto *estilos e feminismos*, a sugestão sobre Octávia E. Butler, bem como as dicas e adaptações na versão em inglês.

do grupo em intervenções públicas e representar um determinado conjunto de sujeitos e reivindicações.

Na relação entre feminismos, tecnologia e internet esses grupos apostaram no potencial transformador dessa articulação, no que diz respeito à apropriação de novas tecnologias, nos seus processos mais horizontais de funcionamento, nos novos espaços a serem ocupados (a internet entendida como um desses *locus* por excelência) e na desconstrução de categorias pré-fixadas e unitárias do binarismo de gênero.

Esse campo, que articula interesses teóricos e práticas políticas, tem crescido muito nos últimos vinte anos, extrapolando a noção de ciberfeminismo.⁸ A partir dos anos 2000, as análises incorporaram uma visão interseccional sobre o tema⁹ e passaram a abranger diversas temáticas, como o papel e a presença das mulheres na história da informática e da tecnologia, de inclusão e exclusão digitais e os usos das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) em relação ao que se tem entendido como empoderamento das mulheres e suas organizações.

No âmbito desse debate diversos/as autores/as apontam para a presença de uma “fratura tecnológica de gênero”, resultado de um hábitus tecnológico binário, hierárquico e desfavorável às

⁸ Algumas autoras seguem com esse termo (ver Boix e Miguel, 2013; Boix, s/a; Bañón, 2013; Bosch, s/a; Haché, Cruells e Bosch, 2013), por vezes, produzindo um contencioso entre fazer ou não distinção entre ciberfeminismo social e ciberfeminismo estético. Argumento que a noção de ciberfeminismo pode ser situada como fenômeno de um período, como um determinado estilo que marca parte do debate sobre feminismos, tecnologia e internet. No Brasil, o tema dos ciberfeminismos tem paralelos com a discussão internacional, embora apareça pouco com este nome. É verdade que talvez seja possível aglutinar temas que frequentemente aparecem sob a alcunha e/ou o debate dos ciberfeminismos, por exemplo, discussões sobre mulheres *hakers*, programadoras, *medias-labs*, *software* livres, etc. Para ver os conteúdos e temáticas que este debate veicula numa compilação de textos de autores/as de Brasil, Argentina e Espanha, cf. Natansohn, 2013.

⁹ No sentido do debate internacional no campo feminista, no final da década de 1990, marcado pela emergência de categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que se articulam a gênero e permeiam o social (Piscitelli, 2008).

mulheres (Natansohn, 2013). Segundo essa argumentação, para “medir” o “grau” de tal fratura há que estar atento à articulação de marcadores sociais de diferença (gênero, classe, raça, idade e nacionalidade) quando relacionados a alfabetização (formal, digital e domínio de inglês – por ser a língua franca no ambiente web), à capacidade e oportunidade de acesso a rede, aos usos das tecnologias pelas pessoas, e ao posicionamento na produção, desenho e governança da tecnologia digital.

Segundo Natansohn (2013), na Europa e na América Latina, embora tenha sido tardia a entrada de mulheres como usuárias de internet, atualmente os números nestes continentes são equilibrados. De acordo com a autora, na América Latina destaca-se a presença feminina no uso de redes sociais e serviços de telefonia; pautada em dados do IBGE de 2009, no Brasil, segundo ela, a diferença entre homens e mulheres no acesso a internet tem diminuído nos últimos anos. Em 2009 eram 37,5% de mulheres e 38% dos homens entre 15 e 74 anos acessando a internet (IBGE, 2009 *apud* Natansohn 2013), uma diferença de 0,5% dos acessos de homens sobre os das mulheres (Natansohn 2013). Além disso, segundo essa análise, o número de brasileiras usuárias da rede cresce mais que o dos homens e quanto maior a idade, maior são as diferenças em favor das mulheres. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) de 2013, mostrou que a proporção de internautas no país passou de 49,2%, em 2012, para 50,1%, em 2013, do total da população, no qual as mulheres representam 51,9% deste número¹⁰ (IBGE, 2013).

Se por um lado é inegável a desvantagem estrutural de gênero com relação, por exemplo, a participação de mulheres

¹⁰ Em pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência entre julho e dezembro de 2014 no Brasil com pessoas acima de 16 anos, as mulheres aparecem como 53% da população de internautas no país. Ainda, levando em conta o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), a pesquisa também mostrou que os/as internautas concentram-se nas classes B e C da população. [<http://agenciaEstado//g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/02/mulheres-sao-maioria-entre-usuarios-de-internet-no-brasil-diz-pesquisa.html> – acesso em: março de 2015].

como executivas no mundo *hi-tech*, quando o olhar volta-se para os usos das tecnologias, a questão se torna mais complexa e revela diferentes usos *socio-tech* por parte desses sujeitos.¹¹ Nesse sentido, além de pensar em sujeitos que utilizam a internet, também é estratégico conceber sujeitos produzidos por esses usos. Sendo assim, e retomando a noção de Zafra (2010), o *quarto próprio conectado* habitado por *prosumers*, ou seja, aqueles/as que produzem a si mesmos enquanto fazem uma atividade, estabelece um diálogo com imaginários e com “modos de fazer” feministas, bem como com a produção de identidades nesse contexto.

“Somos de várias partes do país, com diferentes experiências de vida. Somos feministas – Blogueiras Feministas”

Alvarez (2014) propõe uma nova linguagem conceitual para repensar dinâmicas e mudanças dos feminismos no Brasil e na América Latina. A autora propõe operar com a noção de campos discursivos de ação, ao invés de movimentos feministas. Tais campos seriam mais do que aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática. Essa noção permite ainda ampliar o espectro de questões interpretativas e preocupações político-culturais compartilhadas nesse contexto.

Ao enquadrar os feminismos como campos discursivos de ação, Alvarez (2014) elabora uma revisão narrativa de três momentos na trajetória dos feminismos contemporâneos à luz dessa abordagem analítica. O primeiro, no contexto das ditaduras dos anos 70, focaliza a constituição do movimento feminista, pensado no singular. O segundo, voltado para o período da democratização e da emergência do neoliberalismo, constituído pela pluralização dos feminismos e pelo surgimento de um

¹¹ Os exemplos de pesquisas sobre o tema são inúmeros, por exemplo, a busca por relações amorosas-afetivo-sexuais (Beleli e Felicity, neste dossiê), a busca de parcerias do mesmo sexo (Miskolci, 2014), no campo da pornografia (Parreiras, 2010; Shah, 2005), referente à ação coletiva e movimentos sociais (Castells, 2009; Toret *et alii*, 2013), e relacionado ao ativismo feminista (ACSUR-Segovias, s/a). Agradeço a Toret por chamar minha atenção para o uso de *sócio-tech*.

pensamento *mainstream* de gênero; e o terceiro (o *sidestreaming dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas*), a partir dos anos 2000, marcado por um fluxo mais horizontal de discursos, por práticas feministas plurais e heterogeneas, principalmente sua articulação com diversos setores na sociedade civil, resultando em uma multiplicação de campos feministas.

No terceiro momento proposto pela autora, argumento que a internet permitiu a constituição de redes que aprofundaram contatos em organizações políticas e grupos feministas já existentes, mas também criou outras redes de comunicação a partir das apropriações da atividade *prosumer* como instrumento de ação política e recurso de identificação.

Um dos nódulos importantes dessas redes é *Blogueiras Feministas*. Ele surgiu a partir de uma lista de emails com objetivo de debater sobre questões políticas relacionadas às mulheres, na ocasião do primeiro turno das eleições de 2010.¹² No mesmo ano, como desdobramento dessa discussão foi criado um *blog wordpress*¹³, gerenciado de maneira colaborativa, que em pouco tempo produziu uma rede de canais de difusão através de listas de *emails, facebook, twitter, tumblr, youtube e google+*. Ainda que eu traga alguns dados da comunicação ampliada dessa rede, me deterei mais ao blog, pois esse foi o primeiro recurso criado e em torno do qual permanece sendo produzida uma identidade coletiva.

Embora possam ter uma infinidade de usos, blogs podem ser definidos como uma ferramenta de publicação que constitui um formato em comum. Eles são constituídos por textos colocados

¹² Neste artigo priorizo o surgimento e a atuação de *blogueiras feministas* como sujeito coletivo no âmbito das teias político-comunicacionais feministas. Embora considere da maior relevância, deixo para outro momento uma discussão mais aprofundada sobre os sujeitos envolvidos na criação e gestão atual do blog.

¹³ *WordPress* é um sistema de gerenciamento de conteúdos na web, com licença de código aberto muito utilizado para criar *blogs*. Durante bastante tempo *Blogueiras* utilizou-se desse sistema. Atualmente o *blog* migrou para outro sistema de gerenciamento, no entanto preserva seu formato, funcionamento e estética de um *blog*.

no topo da página, que são freqüentemente atualizados, postados em uma base regular e posicionados em ordem cronológica reversa. Esse recurso apresenta listas de links que apontam para conteúdos afins e/ou recomendados, e os leitores quase sempre possuem a opção de comentar em qualquer postagem (Amaral, Recuero e Montardo, 2009).

A gestão colaborativa do *Blogueiras Feministas* envolve o envio de textos relacionados aos feminismos e temas afins editados e selecionados por um grupo, normalmente mulheres com alguma “reputação na internet”.¹⁴ Também há *posts*¹⁵ de autoras convidadas e traduções, estas últimas principalmente de origem da *blogsfera*¹⁶ feminista norte-americana. De acordo com a memória do grupo, o blog

existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer vídeos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa idéia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, **tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições,** como a gente constrói as nossas relações

¹⁴ Muitas têm seu próprio blog, ou atuam em mais de um, bem como trabalham e/ou são ativistas no campo da comunicação. Neste artigo priorizo o surgimento e as práticas de *blogueiras feministas* como um sujeito coletivo. Reputação nesse caso refere-se ao conceito em que um sujeito é tido por sua presença na internet, que envolve assiduidade nas atividades da rede, capacidade de organizar, gestionar, encontrar e espalhar conteúdos, tamanho de sua rede de influência (número de seguidores, amigos e/ou likes) e respeito pelas etiquetas e convenções de atuação online.

¹⁵ Nome comumente usado para designar textos curtos, de caráter informativo e ou ensaístico em blogs e redes sociais na internet.

¹⁶ *Blogsfera* é o termo coletivo que designa a interconexão de blogs como uma comunidade ou rede social. Muitos blogs estão densamente interconectados; blogueiros leem os blogs uns dos outros, criam enlaces para os mesmos, referem-se a eles na sua própria escrita, e postam comentários em diversos blogs.

com mais autonomia e liberdade (Trecho retirado do blog em 05/09/2014, no item Nossa Memória, grifo meu).¹⁷

Também como parte das interações que o blog produz está uma lista de discussão de e-mails bastante ativa e aberta para pessoas que publicam ou não textos no *blogueiras feministas*. Na lista circulam temas variados, por exemplo, a organização e publicização dos textos no blog, notícias sobre grupos feministas no país e eventos. A lista também funciona como um espaço de debates que cumpre uma função didática para aqueles/as que estão aproximando-se de teorias e espaços feministas. Essa dinâmica caracteriza-se por longas conversações nas quais os sujeitos relatam situações de suas vidas pessoais, nas quais “descobrem-se feministas”, ou ainda quando tem dúvidas se estão “sendo machistas”.¹⁸ O acompanhamento das postagens de textos no blog, bem como da lista de emails permite perceber que o perfil do público destas interações são em grande parte mulheres jovens que encontram-se em algum momento de suas trajetórias universitárias, e que frequentemente identificam-se com outros pertencimentos políticos, por exemplo, movimento negro e LGBT.¹⁹

Blogueiras feministas, suas redes de difusão e suas interações no âmbito digital são um campo privilegiado para investigar questões relacionadas à experiência geracional do feminismo no Brasil. A atuação de *blogueiras* aposta em estratégias descritas

¹⁷ [<http://blogueirasfeministas.com/about/nossa-memoria/>].

¹⁸ Na lista também é bastante comum a publicização de alguns relatos pessoais ligados a situações de violência conjugal (principalmente ameaças e perseguições), normalmente envolvendo namorados e maridos, nas quais existe um pedido de ajuda - o que fazer ou quem procurar.

¹⁹ A lista de e-mails funciona como recurso para pedidos de ajuda e suportes relacionados a essas trajetórias acadêmicas - dicas de leituras feministas e formação de grupos de estudos sobre o tema. Também é comum mulheres jovens interessarem-se em pesquisar *blogueiras* com a finalidade de produzirem uma monografia de final de curso universitário (TCC), ainda, mesmo que com menos frequência, pedidos de suporte financeiro (no estilo “vaquinha”) para o início de curso universitário quando este se dá por meio de política de cotas.

como relevantes para gerações recentes de feministas (Gonçalves, Freitas e Oliveira, 2013; Gonçalves e Pinto, 2011; Facchini e França, 2011), nas quais a internet tem tido um papel fundamental, por exemplo, na articulação de redes de “pessoas físicas”²⁰ como recurso, linguagem e formas de transmissão para o fomento de boas relações intergeracionais (Gonçalves e Pinto, 2011). Ainda neste contexto, o uso da internet se dá como formade tradução de termos, idéias e lutas, apostando na eficácia dessa atuação sem considerar os feminismos como consequência de uma consciência prévia e com a finalidade de atrair mais jovens ou ainda deixar mais claro o uso de determinados conceitos, temas e/ou “palavras de ordem”.

Na web de *blogueiras*, essas práticas são recorrentes nas campanhas de blogagens coletivas²¹ e em posts que abordam temas relacionados à atuação dos feminismos e as relações cotidianas. Em 2011, *Blogueiras* publicou textos no site *Papo de Homem*²² e no próprio blog, utilizando recursos pedagógicos e

²⁰ Uso esse termo para criar um contraste com Ongs, universidades, partidos ou setores estatais, os quais foram âmbitos importantes para um processo de institucionalização dos feminismos no Brasil (Gonçalves e Pinto, 2011; Facchini, Daniliauskas e Pilon, 2013).

²¹ As blogagens coletivas são estratégias de comunicação utilizadas por essas teias político-comunicacionais feministas para dar visibilidade e/ou “aquecer” o debate na rede sobre determinada temática. Normalmente, a chamada e a definição do tema para esse tipo de campanha acontecem com alguma antecedência em relação ao dia escolhido para executá-la. Elas são coordenadas e organizadas a partir de vários pontos dessas redes, ou seja, não acontecem apenas em *blogueiras feministas*, mas entre a maioria dos envolvidos na conversação nessas redes. Os assuntos abordados são variados: blogagem coletiva dia da Visibilidade Trans (2014); Mulheres e os 50 anos de Golpe Militar(2014); Dia da visibilidade lésbica e bissexual (2013); 125 anos de abolição (2013); Descriminalização e Legalização do Aborto (2012); Infância, Consumo e Sexismo (2011); Mitos sobre Feminismo (2011), dentre muitos outros.

²² Formado por um grupo de homens de todo o Brasil, o site *Papo de Homem*, ou PdH, como é comumente chamado pelos editores e usuários, foi criado em 2006 por um publicitário, e ampliou-se realizando workshops para empresas e palestras sobre comportamento masculino. De acordo com Prado (2013), o público do site é formado, na sua maioria, por homens de 21 a 34 anos, com ensino superior completo ou em andamento, brancos e heterossexuais.

bem-humorados na direção de desmistificar a naturalização das desigualdades de gênero. *Conselhos a um machista em Redenção* enumerava setedicas para que homens não reproduzissem comportamentos considerados machistas²³, com a advertência da autora²⁴ de que “o texto não tratava-se de uma receita ou modelo, pois não existem saídas fáceis ou pontos de chegada, mas podemos percorrer juntos algumas estradas”. Segundo a autora, existem algumas atitudes fundamentais – seriam elas: “1. Saia da postura defensiva; 2. Aceite a abrir mão de privilégios; 3. Fique vigilante; 4. Evite piadas sexistas; 5. Não rotule; 6. Pense; 7. Observe e transforme o cotidiano”. O post rendeu mais de 54 comentários, contabilizados entre as duas webs, de pessoas que se identificavam como homens e mulheres. Esses comentários eram caracterizados por debates que envolviam corpo, força física, divisão de afazeres domésticos, violência, desconhecimento do femismo, ser ou não ser feminista, dentre outros.

O último texto publicado no Blog, no destaque *Marcha das Vadias*, de novembro de 2014, trata do tema de tornar-se uma “mulher empoderada” a partir da participação em um dos coletivos da Marcha das Vadias no país.²⁵ O post narra uma situação cotidiana na vida da autora²⁶, envolvendo um debate em sua faculdade sobre o sistema político no país. Na ocasião, um dos convidados era um deputado em exercício que comentou sobre o

²³ No *Papo de Homem* [<http://www.papodehomem.com.br/conselhos-a-um-machista-em-redencao/>] e no *Blogueiras Feministas* [<http://blogueirasfeministas.com/2011/08/carta-a-um-machista-em-redencao/>].

²⁴ No *Blogueiras feministas* ao final dos textos postados há uma auto-apresentação escrita pelas/os autoras/es, às vezes acompanhada por uma foto. No caso desse post, a foto revela uma mulher jovem entre 20 e 25 anos, branca, cabelos compridos e alaranjados. A autora apresenta-se da seguinte forma: “Minha roommate diz que, apesar de eu ser vegetariana, metaleira e feminista, eu sou legal. Estudava física e era programadora em Porto Alegre – larguei tudo e fui tentar a vida em São Paulo. Não sei o que fazer da vida, só das férias.”

²⁵ [<http://blogueirasfeministas.com/2014/11/sobre-empoderamento/>]

²⁶ A autora define-se como estudante de ciências políticas. “Vadia de carteirinha, biscate de coração e empoderada.”

descontentamento da população em relação à política, chamando a atenção dos ouvintes – “Disse ele algo como: Já começa com o nome “deputado”. Olha o que tem no meio da palavra. Boa coisa não podia ser. E repetiu a tentativa de ‘piada’, acredito que por não ter ouvido risos”.

A autora segue o texto a partir de sua atuação no debate, momento no qual chamou a atenção do deputado²⁷, que desculpou-se publicamente. No entanto, para além desse diálogo, a ênfase do post recai nas mudanças pelas quais passou a partir de sua atuação em um dos coletivos Marcha das Vadias:

Há uns 3 ou 4 anos atrás é muito provável que eu perceberia e ficaria com raiva, explodindo de raiva e xingando em pensamento. Xingando muito em pensamento, diga-se de passagem. Faz 3 anos que milito na Marcha das Vadias e já fazem 4 anos que conheço o movimento. Dentro da Marcha aprendi o que é não se calar, aprendi a não ter medo de falar. Lembro das minhas amigas/irmãs dizendo/encorajando:

- “Pega o megafone. Vai, fala”.
- “Vai, dê a entrevista pro jornal, você”.
- “Você precisa falar”... fale, fale, fale... se empodere... pois é, deu certo!

Dito isto, quero aproveitar o ensejo e fazer um convite aberto a todas que possam se interessar, venham fazer parte da Marcha das Vadias. Se empoderem e empoderem outras mulheres! É importante, extremamente importante incentivarmos nossas amigas, filhas, primas, mães, tias, avós e etc a falar! Falar sempre. Ficarmos caladas nunca! Venham se empoderar na Marcha. Prometo fazer o que fizeram comigo: “Pega o megafone e fala, vai você consegue”. A Marcha não é um movimento que acontece

²⁷ “Peguei o microfone, me apresentei e disse algo assim: Primeiro gostaria de dizer que ser PUTA, não define caráter, não é errado, não é pecado. Assim como ser Deputado também não. Digo isto porque é importante termos cuidado em nossas falas para não serem carregadas de preconceito, ainda mais com uma minoria que já sofre muita violência em nossa sociedade”.

uma vez só no ano, é um movimento que empodera mulheres a levarem os gritos da Marcha para todo canto. Para o nosso dia-a-dia. A cada resposta que damos, a cada NÃO que falamos, a cada vez que apontamos machismo e todo tipo de preconceito, estamos falando do que a Marcha fala. Fica o convite, fica meu depoimento e fica meu amor e eterno agradecimento a esse movimento lindo (Trecho retirado do post “Sobre empoderamento” – 13/12/2014).

Os comentários, feitos por pessoas que se identificavam como mulheres, parabenizavam a autora e agregavam situações da vida das que comentavam relacionadas a enfrentamentos familiares e processos pessoais referentes a calar-se ou apresentar-se de forma a ser reconhecida a partir de um posicionamento feminista.

As estratégias de comunicação a partir de blogs estão ligadas a sua apropriação como diários pessoais, espaços de expressão pessoal, plataformas para publicação de relatos, de experiências ou pensamentos dos autores.²⁸ Nesse sentido, *blogueiras feministas* pode ser pensado como um artefato cultural²⁹ (Shah, 2005) que revela apropriações de recursos tecnológicos a partir de experiências sociais concretas de sujeitos que produzem o repertório de tais artefatos, caracterizados por serem mutáveis e gerarem autoreferências e narrativas que se definem mutuamente, mais do que criam uma narrativa mestra linear (Shah, 2005) na produção e propagação de ideários e convenções feministas produzidos nessas redes digitais.

Seguindo Amaral, Recuero e Montardo (2009), considero que blogs são ferramentas de comunicação e devem ser analisados a partir das redes sociais constituídas através das trocas

²⁸ Certo consenso na bibliografia sobre blogs demonstra que uma das primeiras apropriações que rapidamente acompanhou sua popularização foram seus usos como diários pessoais (ver Amaral, Recuero e Montardo, 2009).

²⁹ De acordo com Shah (2005), que estudou os usos e apropriações dos blogs de pornografia por mulheres indianas, um artefato cultural pode ser definido como um repertório vivo de significados compartilhados produzido por uma comunidade de ideias.

de comentários e links, percebidos como interação social. De acordo com esta argumentação, blogs são ferramentas de publicação que possuem um impacto social, auxiliando na construção de estruturas sociais por meio das trocas de comentários e conversações. Essas trocas de links entre blogueiros, que podem acontecer nos comentários, nos blogrolls e mesmo nos textos das postagens, são frequentemente analisadas como conversação (Amaral, Recuero e Montardo, 2009:37).



Figura 3: Detalhe do corpus da web e a conversação estabelecida com outros blogs

Um olhar para a organização formal da web e para a disposição de elementos na página informa sobre as teias político-comunicativas (Alvarez, 2014) feministas. Nesse meio, as práticas de organização são horizontais e multinodais, e mesclam atuações comunitárias e tecnopolíticas³⁰ com elementos transversais a

³⁰ Desde a primeira década do século XXI despontaram numerosos processos de ação coletiva nos quais as tecnologias da comunicação (TICS) tiveram um papel fundamental (Castells, 2009; Toret *et alli*, 2013). Para entender esse processo tem-se utilizado a noção de tecnopolítica, que se refere ao uso tático e estratégico das ferramentas digitais para a organização, comunicação e ação coletiva através da internet que podem partir da rede, mas que não necessariamente se resumem a este âmbito. Tal conceito tem sido bastante

diversos grupos feministas. A figura acima mostra parte da conversação estabelecida a partir da indicação *leia também*, no qual aparecem outros blogs, como *Biscate Social Club*, *Blogueiras Negras*, *FeMaterna*, *Gorda e Sapatão*, *Transfeminismos* e *TruLove*.

Diversas autoras problematizando a experiência geracional e a transmissão intergeracional no campo feminista brasileiro têm apontado para a importância da universidade como um lócus de atuação privilegiada de feminismos no país surgidos entre 1980 e 2000 (Gonçalves, Freitas e Oliveira, 2013; Gonçalves e Pinto, 2011; Facchini e França, 2011; Facchini, Daniliauskas e Pilon, 2013). Gonçalves (2014) aponta a necessidade de se entender a recepção da produção de conhecimento teórico das universidades nos movimentos feministas.

De acordo com Piscitelli (2008), o debate feminista internacional é marcado no final da década de 1990 pela emergência de categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social. Ainda segundo a autora, na década de 2000, a utilização dessas categorias está amplamente difundida, no entanto, assim como aconteceu com o conceito de gênero, essas categorias adquirem conteúdos diferentes segundo as abordagens teóricas das autoras que com elas trabalham.

A ampliação e difusão das categorias de diferenciação no debate feminista também pode ser pensada a partir dos usos e noções êmicas que estas adquirem em meio aos ativismos nas redes digitais, revelando apropriações de discussões teóricas acadêmicas pelos feminismos. As teias político-comunicativas nas quais está inserida *blogueiras feministas* revela um emaranhado de interlocuções estabelecido a partir de grupos e de sujeitos que

utilizado para compreender os acontecimentos no mundo árabe, especialmente os que ocorreram no Egito e na Tunísia, a experiência do 15M no Estado espanhol (também conhecido como Spanish Revolution e/ou “Movimento dos Indignados”), a expansão nos Estados Unidos do movimento Occupy (a partir do fenômeno Occupy Wall Street) e do Yo soy 132, no México (Toret, *et alii*, 2013).

denominam-se “interseccionais” e que afirmam atuar a partir do “feminismo interseccional”.

Ao mapear parte dessas redes é possível entender que além de serem influenciadas pelo debate teórico mencionado por Piscitelli (2008), a noção de interseccional neste contexto produz seus sentidos por meio da articulação entre feminismos, outras pautas de lutas (por exemplo de pessoas trans, do movimento negro, de pessoas com deficiência) e a experiência de sujeitos que ganham corpos e materialidades nesses cenários.³¹ A identificação de ser interseccional e/ou praticar um feminismo interseccional é produzida no emaranhado de articulações e disputas de representações e significados *para e entre si* (Alvarez, 2014) dessas noções, bem como localiza-se na proliferação de sujeitos que identificam-se com o campo feminista e com os processos de descentramento em meio a esses feminismos plurais.³²

³¹ Refiro-me às solidariedades produzidas, por exemplo, entre feminismos e ativismos de pessoas com deficiência (Ferreira, 2013; 2014) ou no feminismo negro que, como aponta Alvarez (2014), constitui em si mesmo um campo discursivo de ação extenso e diverso.

³² A questão da apropriação das interseccionalidades, seus significados e quais alianças e solidariedades geram são pontos que tem chamado minha atenção para entender os modos como essas comunidades discursivas se organizam. O mapeamento inicial dessas redes revela que elas têm operado a partir das/os “interseccionais” e das “radicais”. Uma das características da atuação das primeiras, como mencionei, seria a tentativa de articulação com outras lutas e grupos, já as “radicais” advogam por uma centralidade na relação entre corporalidade e poder, na qual “ter uma vagina” seria determinante. A presença das “radicais” nessas redes digitais parece ser posterior a das “interseccionais”, surgindo principalmente a partir de 2013. Essas “comunidades” não operam de modo totalmente dual, pois há sujeitos (aqui pensando em blogs, perfis de facebook, etc.) que localizam-se na transição, ora como interseccionais, ora como radicais, dependendo do tema. Essas reflexões são bastante iniciais, embora não desenvolvidas neste artigo, há um bons exemplos etnográficos sobre esta problemática, que envolve a marcha das vadias, a presença de mulheres trans e os sentidos e usos da violência (ver <http://bloqueirasfeministas.com/2014/09/marcha-das-vadias-de-salvador-contra-a-transfobia/>). Agradeço imensamente a Regina Facchini por ter chamado minha atenção sobre as “interseccionais” e as “radicais”.

Embora essas teias articulem-se com força por meio de redes digitais, elas não se resumem necessariamente a este âmbito. No espaço relacional entre on e off-line no qual elas operam criam-se presenças e vem se consolidando uma rede estável de ativismo. Por exemplo, a atuação ativa e a atualização quase diária do blog fez com que *blogueiras* também passasse a atuar em encontros de blogs e eventos promovidos por instituições governamentais – produzindo canais de transmissão intergeracional no âmbito dos feminismos, já que nestes últimos encontram-se sujeitos com experiências geracionais diferentes no âmbito dessas militâncias.³³

Em um debate realizado em 2006, Sonia Corrêa e Adriana Vianna tratavam da movimentação de sujeitos, estratégias e reivindicações referentes aos direitos sexuais no cenário brasileiro. Vianna (2006) menciona algumas tensões inevitáveis na interação das feministas com outros atores e atrizes, pois aparecem outras faces da produção de desigualdades e dominação, as quais não estão presas à lógica binária e natural do masculino/feminino. Nesses espaços entra em jogo cor/raça/etnia, opção sexual e, inclusive, estética. A autora avalia que haveria um apelo essencialista associado a uma certa leitura da dominação que chamou de vitória “do quem ama não mata” sobre o “nosso corpo nos pertence”: a vitória da vitimização e do sofrimento como estratégias de convenções feministas.³⁴

Se invariavelmente a produção de convenções e a politização de espaços públicos envolvem estéticas, também é verdade que as políticas produzem estéticas a partir de seus enunciados, de sua cultura material e dos modos pelos quais relacionam práticas e experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, argumento que as teias político-comunicacionais com

³³ *Blogueiras Feministas* participaram da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, 2011; 2º Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, 2011; 13º Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, 2014.

³⁴ Agradeço imensamente a Laura Lorewkron por ter chamado minha atenção para esse debate.

origem nas redes digitais são elementos importantes para entender e investigar o cenário do “quem ama não mata” e do “nosso corpo nos pertence” na atualidade, que não diluiu-se, mas tem modificado e criado um certo estilo na produção de convenções feministas, pensadas aqui em sua dimensão moral e estética de interações, bem como de seu impacto e alcance.

Esses “modos de fazer” feministas nas redes digitais estão ligados à autocomunicação de massas (Castells, 2014)³⁵, cuja forma contemporânea de estabelecer processos comunicacionais articulados ao uso de tecnologias de comunicação e de aparatos sócio-técnicos permite estender e vincular estados emocionais que coordenam a ação coletiva, mas também atua na elaboração de demandas de reconhecimento a partir de mapeamentos afetivos, sociais e morais feitos pelos sujeitos.³⁶ Essa dinâmica amplia a gama de questões interpretativas, de preocupações e de conflitos político-culturais no cenário feminista, no limite, produzindo aqueles/as “recusados pelo feminismo”, mas que insistem em se proclamarem feministas, articulando também esse campo discursivo (Alvarez, 2014; Ferreira, 2014a).³⁷ Aqui penso nas

³⁵ “Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação— o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas. Além disso, a comunicação digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator comunicativo segundo projetos de comunicação específicos” (Castells, 2014:15).

³⁶ A inspiração argumentativa vem de Vianna (2012).

³⁷ Também articulam esse campo discursivo aquelas/es que estabelecem uma reciprocidade negativa com o feminismo, como é o caso do movimento “Mulheres contra o Feminismo” a partir do slogan “Não devemos nada ao

disputas do feminismo por diferentes projetos utópico normativos, atualmente bastante em voga com a discussão sobre ser pró-feminista ou feminista ligada a presença de pessoas trans e/ou de homens cis. A dinâmica dos “recusados pelo feminismo” também cria categorias que podem ser utilizadas como acusação, como recurso de diferenciação e inovação, bem como de humor no âmbito desses campos discursivos de ação.³⁸

Alvarez (2014) chama a atenção para a complexa formação política do feminismo atual e suas características de “retorno às ruas”, o qual move-se e remodela-se a partir da interação com o que convencionou-se chamar de “jornadas de junho”.³⁹ Sem dúvida, as interações dessas redes político-comunicativas feministas com acontecimentos de junho de 2013 no Brasil são da maior relevância.⁴⁰ No entanto, considero que a “volta às ruas”

feminismo” e os/as “Masculinistas”, movimento fundado por uma jovem executiva norte-americana que afirma: “enquanto o preconceito contra mulheres é considerado algo ruim, o contra os homens é ignorado e ridicularizado”.

³⁸ Por exemplo, o debate suscitado nos Estados Unidos a cerca do termo *bad feminist*, cunhado por Roxane Gay, ativista de origem haitiana que advoga por “um ativismo mais flexível” e um “feminismo imperfeito” em seu livro com o mesmo nome. O termo também permeou os debates sobre a aparição de Beyoncé no Video Music Awards em 2014, momento no qual musicou o discurso da nigeriana Chimanda Ngozi Adichie e constituiu como parte de sua performance declarar-se feminista. Essas referências norte-americanas estão presentes nas discussões brasileiras, principalmente nas conversações entre blogs e em debates sobre a produção de um “feminismo inclusivo”. No Brasil, a noção pejorativa de “feminismo gracinha” aparece como acusação de uma atuação feminista que reafirmaria a ideia de que mulheres precisam agradar aos homens para serem ouvidas, e se agirem como “feministas clássicas” seriam mal vistas. O “feminismo deboísta”, cunhado por uma *fan page* no facebook, produz uma discursividade cômica a fim de apaziguar conflitos entre grupos feministas.

³⁹ Sobre as “jornadas de junho”, ver Gohn, 2014 ; Ortellato, 2013; Moraes *et. alli*, 2014.

⁴⁰ Sobre a importância desta teia político-comunicativa feminista nos acontecimentos de junho de 2013, ver a imagem da rede de *fanpages* no Facebook de perfis que atuaram de modo significativo durante as jornadas de junho de 2013, feito por Fábio Malini, do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A figura identifica as *fanpages* que cada um desses canais “curtem” (utilizam o

está em andamento desde meados de 2011, quando por meio de mobilizações de ocupação do espaço público coordenadas pela internet (principalmente a partir de blogs, facebook e twitter) consolidaram-se eventos políticos anuais na luta contra a violência de gênero, na qual a explosão das diversas *Marchas das Vadias* pelo país é um exemplo.

Considero a *Marcha das Vadias* um dos acontecimentos mais importantes nos últimos cinco anos neste cenário, surgido da articulação entre redes digitais e ocupação do espaço público que também criou nódulos relevantes em meio a essa teia político-comunicacional.⁴¹

Um ponto que chama a atenção nas situações etnográficas descritas neste artigo é o lugar que a *Marcha das Vadias* assume enquanto espaço pedagógico e de reconhecimento nessas redes político-comunicacionais. Ferreira (2013a) analisou o material imagético relacionado a este evento que circularam na internet, composto por fotografias das *Marchas* nas ruas, bem como de campanhas lançadas por esses coletivos na rede social facebook. De acordo com a autora, no conjunto de imagens destaca-se a produção de corpos como instrumento de manifestação política criadora de estratégias que restringiam uma aparição pública da nudez e de corpos que se desvinculassem das ideias propostas pela mobilização. Ainda, as campanhas de fotografia reapropriaram-se de pautas históricas do feminismo (direito ao prazer, opressão estética, igualdade nas relações trabalhistas e em padrões morais ligados ao exercício da sexualidade) e as

recurso do “like”). Essas *fanpages* são o núcleo da emissão de mensagens no Facebook, e os perfis individuais, “as células que ecoam”, por meio do compartilhamento desses conteúdos (Malini, 2014). A “nuvem” rosa-claro na parte abaixo da figura diz respeito a um desenho dessas redes político-comunicacionais feministas [<http://www.labc.net/grafico/a-nova-grande-midia-a-ecologia-midialivrista-brasileira-no-facebook/>].

⁴¹ Por uma questão de espaço e escolha metodológica escolhi tratar da *Marcha das Vadias* a partir de *Blogueiras Feministas* como recurso narrativo. Em outro momento, refleti sobre a origem da *Slut Walk* e a explosão da *Marcha das Vadias* no Brasil (Ferreira, 2011).

vincularam ao cotidiano de diferentes segmentos de pessoas (mulheres de diferentes idades, homens, crianças).

Argumento que as diversas *Marchas* que tem acontecido pelo país desde 2011, como parte dessas teias político-comunicacionais que têm na internet um *locus* de ação relevante, abriram um espaço de rearticulação de convenções feministas relacionadas ao “quem ama não mata” e a “do nosso corpo nos pertence”. No primeiro caso, a atuação de coletivos feministas por meio das redes digitais tem ampliado as semânticas e gramáticas políticas referentes a noções de violência, complexificando seus processos de reconhecimento e denúncia. Nesse contexto, penso no aparecimento de noções como violência obstétrica, assédio digital e da pornografia de vingança, esta última remete aos ex-parceiros que divulgam na internet, após o término da relação, fotos e/ou vídeos sem o consentimento do outro.⁴²

No segundo caso, os elementos do “nosso corpo nos pertence”, nesse contexto, abriram espaços para debates sobre corpos e corporalidades. Além das linguagens e estratégias para direcionar a aparição pública da nudez feminina e as lutas pela descriminalização do aborto, também refiro-me ao debate sobre corpos trans e a radicalidade nas discussões sobre padrões de beleza, da qual tem emergido noções recentes para assinalar sistemas de opressão, como “gordofobia”, referente a corpos supostamente acima do peso, e o capacitismo ligado ao universo de reivindicações de pessoas com deficiência que seria a crítica de concepções que relacionam o corpo a uma “condição normal”.

⁴² A polêmica do uso da palavra puta e/ou vadia também aparece nessas teias político-comunicacionais como debate político no que diz respeito a re-apropriação de termos pejorativos e reguladores da sexualidade feminina relacionados a propostas de solidariedades políticas. Sobre a re-articulação dessas convenções feministas propostas pelos coletivos *Marcha das Vadias* a defesa em acabar com o estigma que envolve o trabalho sexual como algo fundamental para combater a violência sexual contra mulheres de forma geral, ver Tavares (2014). Para uma análise mais geral sobre o posicionamento de jovens feministas no Brasil em relação à prostituição, ver Piscitelli (2014).

Considerações finais

Ao longo do texto procurei compreender os usos da internet e do ambiente web como *locus* de ação e reflexão de grupos feministas. Para isso, fiz um repasso de tendências e debates que permeiam o tema dos feminismos, tecnologia e internet. Ainda utilizei a noção de um quarto próprio conectado articulado ao material de *blogueiras feministas* para pensar a produção de sujeitos coletivos e redes digitais feministas no país. Ainda que esse contexto produza novos e criativos recursos, ele também cria outras dificuldades.

Essas teias político-comunicacionais com origem nas redes digitais são elementos importantes para entender e investigar convenções ligadas à violência e às corporalidades no cenário feminista atual. Sim, a atuação de coletivos feministas por meio das redes digitais tem ampliado as semânticas e gramáticas políticas referentes a noções de violência. Como e quais elementos de vitimização e sofrimento tem aparecido? Quais suas complexidades? Como as mídias digitais são utilizadas no que tem sido denominado de consentização das vítimas? Sim, essas redes também tem criado linguagens para direcionar a aparição pública de corpos. Quais corpos e que marcas sociais são veiculadas? Em que espaços? Quais solidariedades neste campo, embora desejadas, são difíceis de serem pactuadas?

A reapropriação de Zafra da noção de “quarto próprio” de Virginia Woolf, ligando-a ao ambiente digital, permite perceber que as condições para a autonomia feminina mudaram. A princípio a posição do quarto próprio conectado parece mais equânime para todos, no entanto é na articulação de marcadores sociais de diferença que é possível perceber quais sujeitos e vertentes têm utilizado largamente suas estratégias.

O olhar para o material de *blogueiras feministas* permite perceber que tanto quem o tem produzido atualmente como quem o lê são mulheres jovens, muitas em suas primeiras aproximações com o campo feminista e em meio a trajetórias universitárias, as quais, nos últimos anos no país, têm sido reconfiguradas em

termos de classe, idade e região por meio de políticas sociais ligadas a educação. Esse contexto nos coloca diante da “simultaneidade da multiplicação dos feminismos populares e a popularização dos feminismos” (Alvarez, 2014), no qual essas redes digitais estão inseridas na produção de convenções e ideários feministas ligados à vida urbana e centrados em algumas capitais no país.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *cadernos pagu* (43), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, janeiro-junho de 2014, pp.13-56

AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra. *Blogs.com: estudo de blogs e comunicação*. São Paulo, Momento Editorial, 2009 [<http://www.sobreblogs.com.br> – acesso em agosto de 2014].

BOIX, Montserrat; MIGUEL, Ana de. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSHON, Graciela. *Internet em Código Feminino: Teorias e Práticas*. Buenos Aires, La Crujía Ediciones, 2013, pp.39-76 [http://www.genderit.org/sites/default/upload/livrogiga_internet_cod_fm_ptbr.pdf – acesso em agosto de 2014].

BOSCH, Nuria Vérges. Teorias Feministas e Pós-Feministas de las tecnologías. Kit de Formación: género, Tic y activismo, ACSUR-Las Segovias s/a [http://www.x0y1.net/KIT_CAST_6-1.pdf – acesso em agosto de 2014].

BAÑÓN, Sonia Reverter. Ciberfeminismo de virtual a político. *Revista Teknokultura*, vol. 10, n°2, 2013, pp.451-461 [<http://teknokultura.net/index.php/tk/article/view/159> – acesso em agosto de 2014].

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar, 2014.

_____. *Comunicación y poder*. Madrid, Alianza Editorial, 2009.

- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. Dossiê Feminismos Jovens. *cadernos pagu* (36), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, janeiro-junho de 2011, pp.9-24.
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. *Produção de corpos e cuidados: deficiências, erotismos e mercado do sexo*. Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo – FAPESP – Projeto de Pesquisa de Pós-Doutorado, 2014.
- _____. Mulheres x feminismo. Folha de S. Paulo, Folha equilíbrio, 2014a. [<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/186994-mulheres-xfeminismo.shtml#> – acesso em fevereiro de 2015].
- _____. “Yes, we fuck”: sexualidade, “diversidade funcional” e mercado do sexo. *V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia*, Vila Real, 2013 [<https://www.academia.edu/6922944/>].
- _____. *A Força das Vadias. Global Brasil*, nº 14, Rio de Janeiro, 2011, [<http://www.revistaglobalbrasil.com.br>].
- FERREIRA, Gleidiane de S. Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Ártemis*, vol. XV, nº 1, jan-jul, 2013, pp. 33-43
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*. Rio de Janeiro, Editora Labor do Brasil, 1976.
- HACHÉ, Alex, CRUELLS, Eva; BOSCH, Nuria Vérges. Eu programo, tu programas, elx hackea: mulheres hackers e perspectivas tecnopolíticas. In: NATANSHON, Graciela. (org.) *Internet em Código Feminino: Teorias e Práticas*. Buenos Aires, La Crujía Ediciones, 2013, pp.77-96 [http://www.genderit.org/sites/default/upload/livrogiga_internet_cod_fm_ptbr.pdf – acesso em janeiro de 2015].
- GOHN, Maria Glória. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. São Paulo, Editora Vozes, 2014.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *cadernos pagu* (5), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1995.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, 2014

[[ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf) – acesso em janeiro de 2015].

MALINI, Fábio. A nova Grande Mídia: a ecologia midialivrista brasileira no Facebook, 2014 [<http://www.labic.net/grafico/a-nova-grande-midia-a-ecologia-midialivrista-brasileira-no-facebook/> – acesso em fevereiro de 2015].

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial*. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2010.

MELO, Érika Isabel de. O Feminismo não morreu – as riot girrrsl em São Paulo. *Revista Ártemis*, vol. XV, nº 1, jan-julho 2013, pp.161-178 [<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/issue/view/1259/showToc> – acesso em janeiro de 2015].

MISKOLCI, Richard. San Francisco e a nova economia do desejo. *Lua Nova* (91), São Paulo, 2014, pp.269-295

MORAES, Alana; GUTIERREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SHAVELZON, Salvador. (orgs.) *Junho potência nas ruas e nas redes*. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert, 2014 [<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11177-20150226.pdf> – acesso em janeiro de 2015].

NATANSHON, Graciela. O que tem haver as tecnologias digitais com gênero? In: NATANSHON, Graciela. (org.) *Internet em Código Feminino: Teorias e Práticas*. Buenos Aires, La Crujía Ediciones, 2013, pp.15-38 [http://www.genderit.org/sites/default/upload/livrogiga_internet_cod_fem_ptbr.pdf – acesso em janeiro de 2015].

ORTELLATO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: “Vinte Centavos: A Luta Contra o Aumento”, 2013 [<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-protestos-de-junho-entre-o-processo-e-o-resultado-7745.html>] – acesso em janeiro de 2015].

PARREIRAS, Carolina. Internet e mercado erótico: notas etnográficas sobre x-sites. V *ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo*, 2010 [http://estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/7.1.3-ParreirasInternet_e_mercado_erotico.pdf – acesso fevereiro 2015].

- PISCITELLI, Adriana. Transnational Sisterhood? Brazilian Feminisms Facing Prostitution. *Latin American Policy*, vol. 5, Issue 2, December 2014, pp.221-235.
- _____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura – Revista de Pesquisas e Debates Universidade Federal de Goiânia*, vol.11, n.2, 2008, pp.263-274.
- PLANT, Sadie. *Ceros+Unos*. Barcelona: Ediciones Destino, 1998.
- PRADO, Juliana do. Fortalecimento do masculino e redes de sociabilidade nos usos terapêuticos das mídias digitais. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013 [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385569023_ARQUIVO_JulianadoPrado.pdf – acesso em janeiro de 2015].
- PRECIADO, Beatriz. Después del Feminismo: Mujeres en los Márgenes. 13 de Enero de 2007 [http://webs.uvigo.es/pmayobre/textos/varios/despues_del_feminismo.pdf – acesso em janeiro de 2015].
- SHAH, N. PlayBlog: “Pornography, performance and cyberspace”. *Cut-up.com Magazine*, vol.2.5, article 42, Holanda, 2005 [http://www.cutup.com/news/detail.php?sid=413 – acesso em janeiro de 2015].
- TAVARES, Aline. A organização da zona: notas etnográficas sobre as relações de poder na zona de prostituição de Campinas – Jardim Itatinga. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas/IFCH/UNICAMP, 2014.
- TORET, Javier *et. alii*. Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema-red15M y el nuevo paradigma de la política distribuida, 2013 [http://in3wps.uoc.edu/index.php/in3-working-paper-series/article/view/1878 – acesso em fevereiro de 2015].
- VIANNA, Adriana. Atos, sujeitos e enunciados dissonantes: algumas notas sobre a construção dos direitos sexuais. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. (orgs.) *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo, Annablume, 2012, pp.227-244.
- VIANNA, Adriana; CORRÊA, Sonia. Teoria e práxis em gênero e sexualidade: trajetos, ganhos, perdas, limites... pontos cegos. *Anais do*

VII Seminário Fazendo Gênero, 2006
[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/S/Sonia_Correa_52.pdf –
acesso em fevereiro de 2015].

ZAFRA, Remedios. Arte, Feminismo y Tecnología. Reflexión sobre formas creativas y formas de domesticación. *Quaderns de Psicologia*, vol.16, n.1, 2014 [<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v16-n1-zafra> – acceso em janeiro de 2015].

_____. *(H)adas: mujeres que crean, programan, prosumen, teclean*. Madrid:Editorial Paginas de Espuma, 2013.

_____. Um cuarto próprio conectado: feminismo y creación desde la esfera público-privada online. *Investigación Feminista*, nº 22, 2011 [<http://www.raco.cat/index.php/Asparkia/article/viewFile/257292/344383>].

_____. *Un cuarto propio conectado: (ciber) espacio y (auto) gestión del yo*. Madrid, Fórcola Ediciones, 2010.